

**Textos para
Discussão**

266

Agosto
de 2010



**INTERPRETAÇÃO NACIONALISTA
VERSUS
INTERPRETAÇÃO DA DEPENDÊNCIA**

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Os artigos dos *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas* são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da FGV-EESP. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que creditada a fonte.

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP
www.fgvsp.br/economia

INTERPRETAÇÃO NACIONALISTA VERSUS INTERPRETAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

São Paulo, abril de 2009. Revisto em agosto de 2010.

Resumo. Nos anos 1950 dois grupos de intelectuais públicos, organizados em torno da CEPAL, em Santiago do Chile, e do ISEB, no Rio de Janeiro, pensaram a América Latina de forma pioneira de um ponto de vista nacionalista. A CEPAL criticou a lei das vantagens comparativas e suas implicações antiindustrializantes e imperialistas; o ISEB concentrou sua atenção na coalizão de classes por trás da estratégia nacional de desenvolvimento proposta. A existência de uma burguesia nacional era fundamental para esta interpretação. Entretanto, a Revolução Cubana e os golpes militares modernizantes que se seguiram abriram espaço para a crítica dessas ideias pela interpretação marxista da dependência que logo se dividiu em dois grupos. Os dois rejeitaram equivocadamente a possibilidade de uma burguesia nacional nos países latino-americanos, mas enquanto uma derivava dessa premissa equivocada a necessidade e possibilidade de uma revolução socialista, o outro, associado à escola de sociologia de São Paulo (USP) concluiu pela associação com os países em ricos. Ambos ignoraram o caráter ambíguo e contraditório da burguesia da região e enfraqueceram o nacionalismo econômico que caracteriza a formação dos estados-nação e seu desenvolvimento econômico

Palavras-chave: burguesia nacional, nacionalismo, desenvolvimentismo, dependência

Abstract. In the 1950s two groups of public intellectuals, organized around ECLAC, in Santiago, Chile, and ISEB, in Rio de Janeiro, pioneered the thinking on Latin American societies and on its industrialization from a nationalist standpoint. ECLAC mainly criticized the law of comparative advantage and its underlying imperialist implications; ISEB focused on the class coalition behind the proposed national-developmental strategy. The idea of a national bourgeoisie was key to this interpretation. Yet, the Cuban revolution and the following military coups in the South Cone made room for criticism of these ideas by the Marxist dependency interpretation which soon was divided in two groups. By rejecting possibility of a national bourgeoisie, the mistaken interpretation also rejected the possibility of a national-development strategy.

Key words: national bourgeoisie, nationalism, developmentalism, dependency

O final dos anos 1960 permanecerá na história intelectual da América Latina como o momento em que ocorreu uma importante transição na região: do nacionalismo, que via o desenvolvimento econômico como resultado de uma revolução nacional e capitalista e da adoção de uma estratégia nacional de desenvolvimento, para a interpretação da dependência

associada, que rejeitava a possibilidade de uma burguesia nacional e, conseqüentemente, de países verdadeiramente independentes na região, sustentava que o desenvolvimento econômico estava de qualquer modo garantido em razão do caráter dinâmico do capitalismo e dos investimentos feitos pelas corporações multinacionais, e voltava a atenção para a justiça social e a democracia. Nos anos 1950, os intelectuais públicos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no Rio de Janeiro, refletindo sobre as revoluções industrial e nacional que estavam em curso desde 1930, elaboraram uma "interpretação nacional-burguesa" do Brasil e da América Latina.¹ Ao mesmo tempo, os economistas do desenvolvimento, estruturalistas, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL), esboçavam uma crítica da lei da vantagem comparativa, estabelecendo assim os fundamentos econômicos de uma política de industrialização em que o Estado, sua burocracia pública e os capitalistas industriais desempenhavam um papel ativo. Esses dois grupos intelectuais viviam em um ambiente social e político que havia sido crítico do liberalismo econômico desde a Grande Depressão de 1930. Seus economistas contribuíram para essa crítica ao caracterizarem o pensamento econômico convencional como um instrumento que promovia os interesses dos países ricos – dos Estados Unidos e do Reino Unido em particular – que não viam favoravelmente a industrialização em curso na região. Desse modo, eles atribuíram a responsabilidade pelo subdesenvolvimento da região não apenas à colonização mercantilista da América Latina por meio dos latifúndios (em contraste com os Estados Unidos, aonde os imigrantes chegaram principalmente para povoar as novas terras, não para realizar lucros mercantilistas), mas também ao interesse ativo do centro imperial em manter os países em desenvolvimento como exportadores de bens primários. Suas teorias e propostas políticas, aliadas às idéias do grande grupo de pioneiros da teoria econômica do desenvolvimento que surgiu após o fim da Segunda Guerra Mundial, forneceram suporte teórico ao crescimento econômico substancial que caracterizou a maior parte dos países latino-americanos entre 1930 e 1980. Esses intelectuais eram mais ou menos de esquerda, mas adotavam idéias reformistas. Eles presumiam que a revolução industrial estava sendo conduzida por uma coalizão política da burguesia nacional industrial, da burocracia pública e da classe trabalhadora industrial – um acordo de classes que ganhou força com a crise do centro imperial e de seus associados na região nos anos 1930, ou seja, a oligarquia dos proprietários de terras e a burguesia mercantilista. Mas a revolução cubana de

1959 abriu caminho para a radicalização da esquerda latino-americana, que recebeu como resposta uma série de golpes militares no Cone Sul, com o apoio das agora unidas burguesias locais e dos Estados Unidos. Isso levou novos grupos de intelectuais de esquerda latino-americanos a argumentarem, no âmbito da interpretação da dependência, que era ilusão a existência de uma burguesia nacional na região: as elites locais seriam intrinsecamente dependentes, incapazes de liderar uma revolução capitalista nacional clássica. Na medida em que esse argumento obteve sucesso político nas décadas de 1960 e 1970, ele ajudou a enfraquecer o conceito de nação na América Latina durante os vinte anos seguintes, sem fortalecer – ao contrário, enfraquecendo também – os partidos políticos de esquerda na região. Foi somente a partir de 2000 que os partidos e líderes políticos nacionalistas e de esquerda da América Latina ressurgiram como forças políticas.

Para entender o choque de idéias entre os intelectuais latino-americanos de esquerda ou progressistas na segunda metade do século XX, é preciso considerar que nos anos 1950 e 1960 todos eram críticos da teoria da modernização – a abordagem sociológica surgida nos Estados Unidos – mas dividiam-se em nacionalistas de esquerda fundamentalmente preocupados com o desenvolvimento econômico, e socialistas que priorizavam a justiça social. Antes dos golpes militares que ocorreram na região, as idéias nacionalistas e a interpretação nacional-burguesa eram predominantes entre os intelectuais de esquerda. Depois do golpe de 1964 no Brasil, os militares e os industriais continuaram sendo nacionalistas e desenvolvimentistas, enquanto os intelectuais inspirados pela interpretação da dependência imaginaram que o desenvolvimento econômico estava assegurado, descartaram o nacionalismo e se engajaram na luta pela justiça social e principalmente pela democracia.

Os socialistas e mais amplamente os intelectuais de esquerda preocupados com a justiça social consideravam difícil apoiar o nacionalismo econômico como meio de atingir o desenvolvimento econômico, pois esse apoio implica um acordo entre classes que de algum modo acaba legitimando o capitalismo. Mas a experiência mostra que não pode haver desenvolvimento econômico na ausência de uma estratégia nacional de desenvolvimento (Bresser-Pereira 2009), e que essa estratégia necessariamente envolve algum tipo de acordo entre as classes sociais. A alternativa é a burocracia do Estado assumir o controle da revolução industrial, como ocorreu no Japão no século XIX e na Rússia e na China no século

XX. Nos últimos dois casos, ela fez isso em nome do socialismo, mas acabou contribuindo para a revolução nacional e capitalista naqueles países. Na América Latina, onde a desigualdade social é profunda, é particularmente difícil construir uma coalizão de classes voltada para o desenvolvimento. Mas quando essa coalizão nacionalista de classes foi alcançada, como ocorreu amplamente na América Latina entre 1950 e 1980, as taxas de crescimento foram altas (a renda per capita cresceu a uma média de 3% ao ano), enquanto entre 1990 e 2006, sob o Consenso de Washington, o crescimento per capita foi em média de 1,6% ao ano. Neste trabalho, examino como as idéias nacionalistas e desenvolvimentistas que emanaram do ISEB e da CEPAL nos anos 1950 para explicar e legitimar a industrialização, mostro como elas foram atacadas pela interpretação da dependência que surgiu no final dos anos 1960 em decorrência de uma grande crise econômica e política nos países do Cone Sul, e argumento que essas idéias acabaram tendo a consequência não esperada de tornar os países latino-americanos mais vulneráveis ao imperialismo. Na primeira seção, descrevo os três grupos de intelectuais públicos que são relevantes para as finalidades deste trabalho: os do ISEB, os da CEPAL e os da “escola de sociologia de São Paulo”. Na segunda seção, examino os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento do ISEB e da CEPAL e sua interpretação nacional-burguesa da América Latina. Na terceira e quarta seções discuto o conceito de uma burguesia nacional e a correspondente estratégia nacional-desenvolvimentista, faço referência aos acontecimentos históricos da década de 1950, principalmente a revolução cubana de 1959, e refuto parcialmente a interpretação nacional-burguesa. Na quinta seção focalizo a interpretação da dependência (ou teoria da dependência, como é mais comumente chamada), examinando suas três versões: a superexploração capitalista, a dependência associada e a nacional-dependente.

INSTITUIÇÕES DE INTELLECTUAIS PÚBLICOS

O ISEB foi um grupo de intelectuais de várias origens e especialidades que, durante os anos 1950 no Rio de Janeiro, desenvolveu uma visão coesa e abrangente do Brasil e de sua industrialização. Com a publicação do *Estudio Económico de América Latina 1949*, a CEPAL tornou-se a fonte do pensamento econômico estruturalista latino-americano.² As duas instituições formaram suas visões abrangentes e mutuamente coerentes na mesma época,

alcançando seu ápice nos anos 1950. Na década seguinte, no entanto, após a crise dos anos 1960 e os golpes militares no Cone Sul, a “interpretação nacional-burguesa” do Brasil sugerida pelo ISEB e a estratégia nacional-desenvolvimentista proposta tanto pelo ISEB quanto pela CEPAL sofreram dura e efetiva crítica de sociólogos brasileiros reunidos na Universidade de São Paulo, a quem chamo de “Escola de Sociologia de São Paulo”. Embora a Escola de Sociologia pretendesse ser uma instituição puramente acadêmica e fundadora da “sociologia científica” no Brasil, seus intelectuais principais, como os da CEPAL e do ISEB, acabaram também sendo intelectuais públicos, devotados ativamente a influenciar as políticas públicas.

As fileiras da CEPAL incluíam duas figuras importantes do pensamento econômico do século XX: Raul Prebisch e Celso Furtado. Outros economistas significativos da CEPAL foram Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel e Maria da Conceição Tavares. Os principais intelectuais do ISEB foram os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, o economista Ignácio Rangel, o historiador Nelson Werneck Sodré e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida. Suas idéias, de caráter mais político do que econômico (embora contassem com um notável economista entre eles, Ignácio Rangel) eram complementadas no nível econômico pelo pensamento estruturalista da CEPAL. O ISEB foi formado simultaneamente à CEPAL, no final da década de 1940, teve seu auge entre 1952 e 1958, sofreu sua primeira crise nesse ano, e se dissolveu após o golpe militar de 1964. A CEPAL continuou a existir como agência das Nações Unidas, mas neste estudo refiro-me exclusivamente às idéias que ela formulou entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1960.

Os dois grupos eram nacionalistas em termos econômicos, mas não em termos étnicos, isto é, acreditavam que uma nação forte era essencial para construir um estado-nação forte e para alcançar o desenvolvimento econômico; ambos subscreviam uma versão suave da teoria imperialista do subdesenvolvimento – a teoria que explica o subdesenvolvimento na América Latina, durante o século XIX, pela subordinação informal das suas sociedades mercantil-capitalistas aos países industriais e imperiais da Europa e da América do Norte.³ Embora as contribuições dos dois grupos sejam equivalentes, as idéias da CEPAL tiveram maior repercussão na região e, quando foram eclipsadas pela interpretação da dependência, não

foram tão duramente criticadas como a interpretação do ISEB no Brasil. Os economistas da CEPAL e do ISEB acreditavam que o desenvolvimento econômico era sinônimo de industrialização e deveria ser produto de uma estratégia nacional de desenvolvimento – uma estratégia que o ISEB batizou de “nacional-desenvolvimentismo”. Para legitimar essa crença, a CEPAL fez sua clássica crítica da lei da vantagem comparativa e argumentou que a intervenção do Estado era necessária para promover a industrialização. A industrialização era uma condição para o crescimento porque o valor agregado per capita é maior nas indústrias de transformação, na medida em que elas exigem mão-de-obra mais qualificada do que a agricultura ou a mineração. Apesar das previsões da teoria do comércio internacional, o aumento da produtividade nos países centrais resultou não apenas em preços mais baixos, mas também em um aumento dos salários proporcional aos ganhos de produtividade. Mas enquanto esse resultado estava assegurado, nos países industrializados, pelo movimento sindical, ele não conseguiu se materializar nos países em desenvolvimento; daí, portanto a tese de que haveria uma tendência secular à deterioração dos termos de troca nos países em desenvolvimento, que somente seria compensada por uma estratégia de industrialização.

O ISEB dominou a cena intelectual brasileira na década de 1950. Com uma defasagem de cerca de dez anos, o Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo formou a escola de sociologia de São Paulo sob a liderança de Florestan Fernandes.⁴ Na década de 1950, os cientistas sociais concentraram-se na teoria sociológica e na transposição de métodos de pesquisa social científicos para o Brasil. Depois da revolução cubana de 1959, no entanto, as idéias marxistas e de esquerda tornaram-se cada vez mais dominantes nessa escola de pensamento. As principais preocupações de seus membros eram a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial e a análise da exclusão social e dos gêneros e classes sociais. Em sua luta pelo monopólio do conhecimento sociológico legítimo no Brasil (Bourdieu 1976), essa escola logo adotou uma posição fortemente crítica em relação ao ISEB, focalizando seu ataque na tese sobre a burguesia nacional. Diferentemente do ISEB, a questão nacional não era fundamental para a Escola de Sociologia de São Paulo. Enquanto o ISEB e a CEPAL defendiam uma interpretação nacional-burguesa do Brasil, com uma visão do crescimento econômico intimamente vinculada à idéia de construir a nação e definir uma estratégia nacional de desenvolvimento – o nacional-desenvolvimentismo – a Escola de São Paulo criava a interpretação da dependência associada. Enquanto os intelectuais do ISEB

viam o pacto político orientado para a industrialização de Getúlio Vargas como a realização da revolução nacional e capitalista e consideravam seu populismo uma primeira expressão da participação do povo na política, a escola de sociologia São Paulo era crítica do nacionalismo econômico e do populismo político de Vargas.⁵ Enquanto o grupo do ISEB, embora dotado de significativa formação teórica, se situava dentro do aparelho do Estado e não na universidade, e não estava preocupado com a pesquisa empírica, mas atuava antes como um grupo de intelectuais públicos de alto nível, os sociólogos de São Paulo eram um produto da universidade e alegavam que seu trabalho era puramente acadêmico ou científico. Os intelectuais do ISEB eram nacionalistas que adotavam um método historicista e abraçavam uma visão dualista da história. Segundo Norma Côrtes (2003: 27–31), enquanto este grupo concebia a possibilidade de alianças de classe e estava preocupado com o imperialismo, a Escola de São Paulo adotava um ponto de vista cosmopolita e antidualista, enfatizava a luta de classes, rejeitava a possibilidade de pactos nacionais e não estava interessada em criticar o relacionamento imperialista entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Isso não significa que a Escola de São Paulo fosse um grupo homogêneo. Pelo contrário: havia muito pensamento independente e conflitos teóricos de todos os tipos. Mas seus membros compartilhavam uma abordagem geral da sociologia como ciência e das principais características sociais e econômicas da sociedade brasileira e das sociedades latino-americanas em geral. Gilberto Freyre foi o alvo inicial da crítica da Escola de Sociologia de São Paulo. O segundo seria o ISEB, começando com um famoso debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos.⁶ O primeiro esforço abrangente do grupo de São Paulo para esboçar sua visão do Brasil em competição direta com o grupo do Rio de Janeiro foi o livro de Fernando Henrique Cardoso (1964) sobre os empresários industriais brasileiros, com o objetivo de demonstrar que não havia uma burguesia nacional no país.⁷

O DESENVOLVIMENTO COMO UMA REVOLUÇÃO CAPITALISTA E NACIONAL

O ISEB e a CEPAL eram ambos críticos do liberalismo econômico. Para seus intelectuais, apenas através da industrialização e do planejamento seria possível o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos que haviam se tornado independentes no início do

século XIX, mas se transformado em semicolônias da Inglaterra, da França e depois dos Estados Unidos. Somente desse modo conseguiriam esses países completar suas revoluções capitalistas nacionais. De acordo com essa abordagem, o desenvolvimento econômico é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico que aumenta os salários e os padrões de vida. É um processo integral de desenvolvimento econômico, social e político cujos atores estratégicos são empresários industriais inovadores. Se excluirmos o experimento estatista na União Soviética e na China, todo esse processo só faz sentido no quadro da revolução capitalista, que dá origem a uma ativa classe de capitalistas, enquanto ao mesmo tempo a formação de um estado-nação garante um mercado interno seguro para sua produção industrial. O Estado que emerge dessa importante mudança social deve coordenar a estratégia nacional de desenvolvimento por meio do sistema jurídico, de mercados regulados e do aparelho burocrático.

A noção de que a revolução capitalista em cada país envolvia uma revolução industrial e uma revolução nacional – estas últimas aqui entendidas como os processos históricos que levaram à formação do moderno estado-nação – estava na base do pensamento do ISEB. O Estado moderno oriundo dessa revolução seria o instrumento de ação coletiva que, somado à nação, formaria o estado-nação moderno, garantiria um amplo mercado interno e formularia uma estratégia nacional de desenvolvimento. No caso dos países subdesenvolvidos que sofreram revoluções capitalistas e nacionais na década de 1950, o ISEB e a CEPAL salientavam que a sociedade latino-americana não mais exibia uma organização bipolar simples, baseada em uma oligarquia dominante e uma massa rural, mas passava por um processo de diferenciação que estava dando origem a uma classe trabalhadora urbana e a uma nova classe dirigente, na forma de uma burguesia industrial e da nova burocracia pública. Oswaldo Sunkel (1969: 251) argumentou que essa diferenciação permitiu alianças desses grupos com setores populares para promover o desenvolvimento econômico, destacando que “o nacionalismo e a organização e participação populares seriam os pilares ideológicos de tais alianças”. Mas ele também ressaltou a dependência e alienação das classes médias preocupadas em reproduzir os padrões de consumo do centro, revelando assim seu próprio caráter contraditório e a dificuldade envolvida em levar a cabo um processo nacional de desenvolvimento. Além disso, os intelectuais do ISEB e da CEPAL presumiam a existência na região de “indústrias nascentes” que deveriam ser protegidas e eram, portanto, pessimistas quanto à possibilidade

de países latino-americanos exportarem produtos manufaturados; a industrialização deveria ocorrer por meio da substituição das importações. De acordo com Octavio Rodrigues (1981: 20), que examinou as idéias da CEPAL em vários estudos, o Estado deveria liderar a sociedade na superação das “três tendências consideradas inerentes à industrialização periférica: o desemprego estrutural, o desequilíbrio externo e a deterioração dos termos de intercâmbio”.⁸ O Estado não pode se limitar ao papel de estabelecer as condições institucionais para que os empresários invistam. Ele deve também criar as condições econômicas necessárias para o investimento lucrativo. O desenvolvimento econômico sempre envolve uma estratégia nacional de desenvolvimento ou, como Celso Furtado costumava dizer, a transferência do centro de decisão para dentro do país.

Na revolução industrial, o poder político concentra-se, sobretudo nas mãos dos empresários industriais e da alta burocracia estatal eleita e não eleita, enquanto os assalariados desempenham um papel de suporte – embora esse papel cresça em importância à medida que a democracia avança. Por outro lado, enquanto na revolução capitalista o relacionamento entre capital e trabalho é marcado pelo conflito, na revolução nacional o fenômeno importante é a mobilização em torno da nação e de um projeto nacional envolvendo os industriais, a burocracia pública e a classe trabalhadora. Com base nessa perspectiva dialética, tanto histórica como normativa, o pensamento do ISEB era essencialmente nacionalista ou patriótico. Nacionalismo e patriotismo são sinônimos aqui. Definem-se como a ideologia da formação do Estado nacional e a visão de que cada governo deve defender os interesses do trabalho, do capital e do conhecimento nacionais. No entanto, surgem muitas distorções quando o nacionalismo se radicaliza e se torna uma ideologia étnica em vez de econômica. No contexto latino-americano, o nacionalismo não significa uma rejeição ao que é estrangeiro, nem se identifica com o conceito de nacionalismo de Ernest Gellner (1983), como a “correspondência da nação com o Estado-nação”, mas é a ideologia que legitima a formação do Estado-nação, exigindo governos nacionais para proteger o trabalho nacional, o capital nacional e o conhecimento nacional, e para assumir responsabilidade pelas decisões coletivas, em lugar de se submeter a potências externas – o nacionalismo é um pré-requisito do desenvolvimento nacional. O conceito de nacionalismo de Gellner baseia-se principalmente na experiência européia; é inadequado para a América Latina, porque há Estados na região desde o início do século XIX, mas os países correspondentes são fracos, incompletos e

dependentes. Nos anos 1950, os nacionalistas nos países em desenvolvimento adotaram a teoria do imperialismo para explicar o subdesenvolvimento; ou seja, explicavam o subdesenvolvimento não apenas em termos de falta de capital, falta de empresários e falta de instituições (como fazia a teoria da modernização), mas também em termos da exploração pelos países desenvolvidos e do caráter dualista das sociedades subdesenvolvidas resultantes. Eles criticavam o que Friedrich List havia identificado na primeira metade do século XIX como a prática de “chutar a escada” (List 1946; Chang 2002). Apenas os observadores mais radicais argumentavam que o desenvolvimento econômico nos países centrais era devido principalmente à exploração da periferia, mas os nacionalistas concordavam que os interesses dos países ricos não coincidiam com os dos países em desenvolvimento.

O ISEB e a CEPAL adotaram uma posição nacionalista ou patriótica moderada. Não se esperava que os países latino-americanos fossem mais nacionalistas do que haviam sido e ainda eram os países desenvolvidos. No entanto, diferentemente dos países ricos, inclusive dos Estados Unidos depois da Guerra de Independência, os países subdesenvolvidos tiveram de enfrentar a dominação estrangeira formal ou informal. Assim, de acordo com Celso Furtado, o subdesenvolvimento não era apenas um atraso ou uma etapa do desenvolvimento, mas a consequência da subordinação política da periferia ao centro. Os intelectuais do ISEB e da CEPAL eram moderadamente de esquerda, preocupados com a desigualdade reinante na América Latina, e apoiavam os movimentos sociais dos trabalhadores. Mas a ideologia nacionalista prevalecia sobre a socialista. Seu objetivo maior – o desenvolvimento econômico ou a industrialização – exigia um Estado como instrumento da ação coletiva. Para o ISEB, em particular, a revolução nacional – ou seja, a formação do Estado nacional – teria de ocorrer por meio de uma aliança de classes que, embora envolvendo conflitos internos reais, era uma aliança real entre capital e trabalho, uma aliança que não evitaria o choque social, mas prevaleceria quando estivesse em questão a competição com outros Estados nacionais. O nacionalismo do ISEB seguia as linhas do modelo patriótico bismarckiano, que surgiu depois que o nacionalismo se associou à intervenção do Estado que caracterizou o “catching up” dos países centrais “atrasados”, como a Alemanha na segunda metade do século XIX (Jaguaribe 1958; 1962).

BURGUESIA NACIONAL E FATOS HISTÓRICOS NOVOS

A questão da burguesia nacional é fundamental para a interpretação do ISEB (Jaguaribe 1955, 1956). Nos anos 1950, o ISEB identificou a industrialização, que se acelerara desde 1930, com a Revolução Nacional Brasileira. Ele argumentava que, sob a égide de Getúlio Vargas, havia se formado uma coalizão política nacional-populista que uniu a burguesia industrial, os trabalhadores, a burocracia pública e segmentos da velha oligarquia (aquele que atuava na substituição das importações, como os criadores de gado do Rio Grande do Sul) na luta contra o imperialismo e a oligarquia agroexportadora – principalmente os cafeicultores. Nesse esquema político necessariamente simplificado, os intelectuais do ISEB identificaram um papel central a ser desempenhado pelos empresários industriais, ou pela “burguesia nacional” – pressupondo que ela compartilhava de visões nacionalistas básicas sobre industrialização, revolução nacional e crescimento. Eles sabiam que nem sempre a burguesia brasileira se ajustava a esse modelo, mas o modelo era compatível com os interesses reais dos atores e era empiricamente observável. A CEPAL acompanhava o ISEB nesse sentido, embora com menor ênfase (Rodriguez, 1981: 22-23).

Nos anos 1950, fazia sentido falar em uma burguesia nacional, mas o golpe militar de 1964 coloca um fim na aliança nacional-desenvolvimentista costurada por Getulio Vargas. A grave crise política do início dos anos 1960 e o golpe de 1964 foram consequência de uma série de fatos históricos novos que mudaram o cenário político e tornaram a aliança de Vargas obsoleta. Entre esses fatos estavam a revolução cubana de 1959, o fluxo de capitais estrangeiros para as indústrias nacionais, a consolidação da industrialização durante o governo Juscelino Kubitschek (1956–60) e a queda dos preços do café, que reduziu substancialmente a transferência de renda dos exportadores de café para a indústria de transformação. Todos eles, e especialmente a revolução cubana, que levou a esquerda brasileira a sonhar com uma revolução socialista, contribuíram para o colapso, em 1964, do pacto político nacional-desenvolvimentista (Bresser-Pereira 1963; 1968: cap. 4). Consequentemente, a interpretação nacional-burguesa do Brasil e da América Latina em geral, que pressupunha a participação dos trabalhadores urbanos na coalizão política, deixou de fazer sentido na medida em que presumia uma divisão interna dentro da classe dirigente e uma associação da burguesia industrial com os trabalhadores e a burocracia pública.

A Escola de Sociologia de São Paulo não levou em consideração esses fatos históricos novos. A interpretação nacional-burguesa teria sido sempre equivocada – não apenas após os fatos históricos novos tornarem-na inviável. Ao invés de reconhecer, de um lado, os fatos que mudaram o quadro político e, de outro lado, o caráter contraditório da burguesia nos países dependentes (passando de maneira ambivalente da autonomia para a dependência), os sociólogos paulistas acreditavam que o caráter dependente da burguesia era permanente e intrínseco. Além disso, não perceberam que a aliança com os Estados Unidos para fins do golpe era temporária ou incompleta. Baseados no pressuposto de que uma burguesia industrial comprometida com os interesses nacionais era impossível e no envolvimento dos empresários com o golpe militar de 1964, os sociólogos negavam a possibilidade da existência de uma burguesia nacional (embora, contraditoriamente, quase sempre admitissem a existência do pacto nacional-desenvolvimentista de Vargas). Depois do golpe de 1964, enquanto a Escola de São Paulo repudiava a interpretação nacional-burguesa do Brasil compartilhada pelo ISEB e pelo Partido Comunista, que adotou a abordagem do ISEB em seu congresso nacional de 1958 (Brandão 1997), culpava essa interpretação e seus autores pelo próprio golpe: para ela, os comunistas e os intelectuais do ISEB teriam sido culpados pelo golpe dentro da esquerda.⁹ Daniel Pécault (1989: 101, 106) oferece um vívido resumo dessa crítica, e comenta: enquanto os intelectuais do ISEB “manifestavam o poderoso sentimento de uma 'intelligentsia' que tinha como vocação liderar a transição para um Brasil dono de seu destino... os intelectuais paulistas manifestavam em relação ao ISEB um desprezo arrogante e suspeito”.

As críticas que a Escola de Sociologia de São Paulo fez ao ISEB e à afirmação de que os industriais brasileiros eram uma burguesia nacional comprometida com a industrialização foram aparentemente “confirmadas” pelo apoio dessa burguesia ao golpe militar de 1964. Por outro lado, a postura crítica dos sociólogos paulistas em relação ao regime autoritário, sua inclinação para a esquerda e para estudos marxistas, combinadas com o fato de que os militares haviam extinguido o ISEB e com a afirmação de que falavam em nome da ciência – enquanto os intelectuais do ISEB estavam “contaminados” pela política – levaram a Escola de São Paulo a uma “vitória acadêmica” completa. O ressentimento natural da esquerda com o golpe militar também contribuiu para esse resultado. Depois do golpe militar, na segunda metade dos anos 1960, essa escola – agora inclinada para o marxismo – participou ativamente da definição de uma nova interpretação do Brasil e da América Latina – a interpretação da

dependência. A nova escola dominou as ciências sociais brasileiras durante muito tempo: só recentemente é que começou a revisão do papel que o ISEB desempenhou na história intelectual do Brasil e da América Latina em geral.¹⁰

A CEPAL, embora compartilhasse da maioria das idéias do ISEB, não foi criticada, talvez porque sua análise fosse mais econômica do que política e, provavelmente, porque não atenderia aos interesses da nova interpretação colocar a CEPAL lado a lado com o ISEB; era mais interessante fazer o organismo da ONU aderir às novas concepções.¹¹ Depois do trabalho de 1966 de Andre Gunder Frank, “O desenvolvimento do subdesenvolvimento” – o documento fundador da interpretação da dependência – a esquerda também criticou a interpretação nacional-burguesa segundo as mesmas linhas da Escola de Sociologia de São Paulo. Mas a CEPAL não foi incluída na acusação dirigida ao ISEB e aos partidos comunistas na região. Estabeleceu-se uma espécie de acordo tácito entre os novos teóricos da dependência e a CEPAL de modo a minimizar o conflito e aumentar a cooperação entre eles. Segundo essa perspectiva, as novas idéias significariam não uma rejeição das idéias da CEPAL, mas apenas uma contribuição sociológica adicional ao pensamento sobre as relações centro–periferia. Na verdade, a CEPAL rendeu-se às novas idéias e, a partir desse momento, sua idade de ouro acabou.

A INTERPRETAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

Na história intelectual da América Latina, poucos tópicos têm sido tratados de forma mais confusa e imprecisa do que a “teoria da dependência”; em primeiro lugar, porque não é uma teoria nem uma estratégia de desenvolvimento, mas uma interpretação sociológica e política da América Latina que competiu com sucesso contra a interpretação nacional-burguesa e, em segundo lugar, porque não era, afinal, crítica do imperialismo como parecia ser, mas, em sua versão associada, sugeria uma associação com os países ricos. Surgindo depois dos golpes militares no Brasil, na Argentina e no Uruguai, a interpretação da dependência é uma análise sociológica da forma dependente de capitalismo que se manifestou na América Latina, geralmente associada ao marxismo porque seu fundador, André Gunder Frank, e Ruy Mauro Marini, um de seus principais representantes na América Latina, eram destacados economistas marxistas. De acordo com este último, escrevendo mais de 20 anos após a formulação da

interpretação da dependência, essa interpretação era uma resposta à crise do desenvolvimentismo no início dos anos 1960 e também “produto das lutas dentro da esquerda”, especificamente entre os comunistas que haviam adotado a tese da revolução democrática burguesa e “a esquerda não-comunista, geralmente oriunda dos movimentos populistas” (Marini, 1992: 85-86). Frank e Marini enfatizaram a exploração da periferia pelo centro desenvolvido, mas, como Ronald H. Chilcote (1982: 14) ressaltou, a “teoria da dependência não nos forneceu nenhuma nova teoria do imperialismo”. Sua preocupação principal era mostrar a responsabilidade das elites locais dependentes, inclusive as industriais, pelo subdesenvolvimento. Assim, ela rejeitava fundamentalmente a interpretação nacional-burguesa. Enquanto a interpretação do ISEB e da CEPAL assumia a possibilidade da existência de uma burguesia nacional nos países latino-americanos e atribuía a ela um papel crucial na construção das nações latino-americanas e na liderança do desenvolvimento econômico, a interpretação da dependência se caracterizava pela negação radical da possibilidade de existência dessa burguesia.

O termo “dependência”, aplicado à periferia, é uma contrapartida ao termo “imperialismo”, aplicado ao centro. Por isso, muitos foram levados a acreditar que as abordagens imperialista e da dependência na explicação do atraso econômico são equivalentes. Gabriel Palma (1978), por exemplo, que escreveu um conhecido estudo da dependência, não entendeu essa diferença e, portanto, a oposição entre a interpretação da dependência e a visão da CEPAL; ele não fez distinção entre a interpretação nacional-burguesa (que era uma expressão da interpretação imperialista mais ampla) e a interpretação da dependência. Na verdade, a interpretação nacional-burguesa está próxima da interpretação imperialista, enquanto a interpretação da dependência difere de ambas em dois aspectos principais. Em primeiro lugar, ela argumentava que a causa do atraso econômico dos países subdesenvolvidos estava não apenas na exploração feita pelo centro imperial, mas também, se não principalmente, na incapacidade das elites locais de serem nacionais, de pensarem e agirem em termos dos interesses nacionais. Enquanto a interpretação nacional-burguesa presumia que estava surgindo uma burguesia industrial nacional em oposição às velhas elites latino-americanas – em parte feudais e patriarcais, em parte mercantis – a interpretação da dependência negava qualquer tipo de dualismo social e, portanto, rejeitava esse conflito interno central que caracteriza a classe dirigente nos países em desenvolvimento.

André Gunder Frank (1966, 1969) negava essa hipótese e toda a idéia de um desenvolvimento autônomo na periferia do capitalismo. Ele argumentava que a interpretação nacional-burguesa era uma versão da teoria sociológica da modernização adotada pelos sociólogos principalmente nos Estados Unidos. Na verdade, a maioria dos adeptos da interpretação da dependência, seguindo o historiador Caio Prado Jr. (1945; 1966), afirmava, contra toda evidência, que os empresários industriais eram descendentes dos primeiros colonizadores e não dos imigrantes recentes, e que a burguesia latino-americana havia sido sempre de caráter mercantil (no Brasil, uma burguesia mercantil de plantadores de café), incapaz de introduzir inovações técnicas ou de definir uma estratégia nacional de desenvolvimento. Digo “contra toda evidência” porque, principalmente no Brasil, está hoje bem estabelecido que os empresários industriais originaram-se de famílias de imigrantes, não das famílias dos plantadores de café (Bresser-Pereira 1964). Por outro lado, a versão da dependência associada afirmava que a teoria do imperialismo equivocava-se ao afirmar que o centro seria contrário à industrialização, tendo em vista que as multinacionais vinham investindo em fábricas na região desde os anos 1950. De acordo com essa versão, as empresas multinacionais e os capitais financeiros internacionais não antagonizam o desenvolvimento industrial, mas estabelecem condições perversas para ele, promovendo a concentração de renda da classe média para cima e estimulando o autoritarismo. No entanto, exigia uma associação com as multinacionais, na medida em que a poupança externa (déficits em conta corrente financiados pelos investimentos diretos das multinacionais e pelos empréstimos externos) seria um pré-requisito para o crescimento econômico na América Latina.¹²

Em segundo lugar, a interpretação da dependência difere da teoria do imperialismo (e, portanto, da interpretação nacional-burguesa) porque a primeira era originalmente uma teoria marxista, ao contrário da segunda; como aconteceu com a interpretação nacional-burguesa, poderia ser adotada pelos marxistas, mas não era intrinsecamente marxista.¹³ Como consequência, enquanto a interpretação nacional-burguesa se concentrava na exploração nacional, a interpretação da dependência enfatiza a exploração das classes muito mais do que a exploração das nações. Para Cardoso (1977b: 97), que insiste sobre esse aspecto, a característica essencial da interpretação da dependência não é o estudo do imperialismo, mas a análise das classes sociais no capitalismo dependente: “O que interessava era o 'movimento', as lutas de classe, as redefinições de interesses, as alianças que, ao mesmo tempo em que

mantêm as estruturas, abrem perspectivas para sua transformação.” Não é surpreendente, portanto, que essa teoria tenha tido tanta repercussão nos Estados Unidos, onde os intelectuais de esquerda viram nela algo de novo e atraente, na medida em que criticava o capitalismo, mas não culpava seu país pelos problemas da América Latina.

A interpretação da dependência tem uma de suas origens na crítica aos trabalhos de Celso Furtado publicados na segunda metade dos anos 1960. Em uma linha consistente com as idéias da CEPAL, ele argumentava que a América Latina caminhava para a estagnação em razão da utilização de uma tecnologia trabalho-intensiva na indústria de transformação e da concentração de renda que ela provocava não havendo contra isso forças compensatórias. A crítica dessa visão foi originalmente esboçada no livro de Cardoso e Faletto (1969) e plenamente desenvolvida em dois estudos econômicos (Bresser-Pereira 1970; Tavares e Serra 1971) que explicavam por que, após uma grande crise econômica no início dos anos 1960, as economias latino-americanas, no final dos anos 1960, começaram de novo a crescer rapidamente (no Brasil, houve o “milagre econômico” de 1968–73), concentrando renda nas classes médias e altas e tornando esse perverso aumento da desigualdade compatível com a demanda agregada através da produção de bens de luxo.¹⁴

Geralmente, a interpretação da dependência se divide em duas versões – a versão original da superexploração e a versão da dependência associada. Sugiro uma terceira, que chamo de “interpretação nacional-dependente”.¹⁵ A primeira interpretação adota um raciocínio consistente, mas que acaba sendo utópico. Dada a assumida impossibilidade de uma burguesia nacional na América Latina, os trabalhadores não teriam escolha senão trabalhar pela revolução socialista. Era, portanto, uma teoria próxima da do imperialismo, porque admitia claramente a existência do imperialismo, mas ao mesmo tempo criticava radicalmente a interpretação nacional-burguesa por negar qualquer possibilidade de desenvolvimento nacional no âmbito do capitalismo subdesenvolvido. Para Gunder Frank, a América Latina sempre foi capitalista, mas capitalista mercantil, e era incorreto afirmar que ela viesse experimentando uma revolução nacional burguesa desde os anos 1930. A colonização européia havia sido puramente mercantil ao promover na região um modelo de crescimento baseado na exportação de produtos primários e ao não dar atenção ao progresso tecnológico. Dessa forma, capitalismo e imperialismo seriam as causas básicas do subdesenvolvimento,

tanto assim que as áreas menos desenvolvidas do continente foram aquelas que tiveram um grande auge exportador mercantil. Na mesma linha, Ruy Mauro Marini desenvolveu especificamente a “interpretação da superexploração”, reconhecendo que, durante certo período, houve interesses comuns entre a burguesia e o proletariado, que “conduziram a vanguarda pequeno-burguesa ao reformismo e à política de colaboração de classes”, mas “o pronunciamento militar de 1964 assestou um golpe mortal na corrente reformista” (Marini 1969: 151). A interpretação nacional-burguesa, portanto, seria identificada com o reformismo que Mauro Marini admitia ter sido válido durante certo tempo. O reformismo fracassou porque o desenvolvimento do Brasil baseava-se essencialmente na superexploração dos trabalhadores, definida pelo fato de os trabalhadores receberem salários inferiores ao nível de subsistência, além do aumento de sua jornada e carga de trabalho. A exploração era uma característica normal das economias capitalistas, que se acentuou nos países dependentes ou periféricos e se transformou em superexploração na medida em que os trabalhadores ficaram sujeitos não apenas à burguesia dependente local, mas também ao centro imperial. Em termos compatíveis, Theotônio dos Santos argumentava (inclusive no título de seu livro de 1973) que as únicas alternativas para o Brasil e a América Latina em geral eram o socialismo e o fascismo (este último identificado com os golpes militares) (Santos 1967; 1970; 1973). Sua análise não se limita a esse aspecto e, como Ruy Mauro Marini, ele dá uma importante contribuição radical e crítica à compreensão do Estado latino-americano, subdesenvolvido, dependente e autoritário. No plano da dependência, Theotônio dos Santos identifica três formas históricas: (1) a dependência colonial, comercial-exportadora; (2) a dependência financeiro-industrial, consolidada no final do século XIX; e (3) a dependência tecnológico-industrial do período pós-Segunda Guerra Mundial, exercida pelas empresas multinacionais (Santos 1970: 55). Este último tipo de dependência dá origem a certo tipo de desenvolvimento “desigual e combinado”, na medida em que o desenvolvimento é marcado por profundas desigualdades, resultantes da superexploração da mão-de-obra.

A versão da dependência associada deriva diretamente da Escola de Sociologia de São Paulo e é também marxista em suas origens, embora a maioria de seus proponentes tenha abandonado o marxismo depois de ela ter sido formulada.¹⁶ Sua análise é uma reação imediata ao golpe militar que começou no Cone Sul em 1964 e uma reflexão sobre o “milagre econômico” que começou no Brasil em 1968. Os pesados investimentos industriais feitos

naquela época promoveram mais uma etapa da industrialização por substituição de importações e, ao mesmo tempo, pareciam ser a causa subjacente de um novo pacto político que unia os tecnocratas do Estado aos empresários industriais e às empresas multinacionais, excluindo radicalmente os trabalhadores. Em consequência, o novo modelo de desenvolvimento que emergiu após meados dos anos 1960, ou seja, o modelo de desenvolvimento dependente e associado era autoritário no nível político e concentrador de renda no nível econômico. Tais circunstâncias serviram de base para a interpretação da dependência associada, cujo trabalho fundador é o ensaio de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto publicado no Chile em 1969, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Esse livro, seguido de uma série de outros escritos de Cardoso, merece muitas leituras. Durante muito tempo não vi com clareza a distinção entre essa versão da interpretação da dependência e a alternativa “nacional-dependente”, que sempre fez mais sentido para mim na medida em que preservava a idéia de uma burguesia nacional, mas considerava essa burguesia ambivalente e contraditória – ora associada à nação, ora subordinada às elites dos países ricos.¹⁷

A dependência associada pode ser resumida – com todos os riscos implícitos em um resumo – em uma idéia simples: já que os países latino-americanos não contam com uma burguesia nacional, não lhes resta alternativa senão se associarem ao sistema dominante e aproveitarem as frestas que ele oferece em proveito de seu desenvolvimento. Segundo seus adeptos, um pré-requisito do crescimento econômico nesses países era o ingresso de poupança externa, na medida em que se supõe que os países latino-americanos careçam de recursos para financiar seu desenvolvimento. Ignorando o fato de que as corporações industriais multinacionais estavam apenas se apoderando dos mercados internos que haviam sido fechados a suas exportações e o fato de que o crescimento entre 1930 e 1960 tinha sido fundamentalmente financiado pela poupança interna, a dependência associada via a participação das empresas multinacionais na industrialização como uma condição para maior crescimento. O fato de que essa participação havia começado nos anos 1950 seria uma refutação de fato da interpretação nacional-burguesa. Valendo-se de suas habilidades como analistas sociológicos e políticos, Cardoso e Faletto mostraram como as classes sociais se digladiavam e se entrelaçavam na luta pelo poder nos quadros de uma relação de dependência, e foram longe, primeiramente, ao afirmarem a impossibilidade da existência de elites nacionais e, em segundo lugar, ao

defenderem a necessidade imperiosa de poupança externa para financiar o crescimento. Nessa época, já havia estudos e evidências que refutavam a primeira afirmação; faltava então uma crítica teórica da segunda alegação (a necessidade de uma política de crescimento com poupança externa – uma estratégia central para manter dependentes os países em desenvolvimento).¹⁸

A terceira versão da interpretação da dependência é a interpretação nacional-dependente, associada a Celso Furtado e Oswaldo Sunkel. Incluo-me nessa visão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento latino-americanos. Essa versão da interpretação da dependência está mais próxima da interpretação nacional-burguesa; na verdade, só a crítica em relação aos fatos históricos novos mencionados anteriormente (a revolução cubana e a radicalização política que, durante algum tempo, uniram a indústria manufatureira aos segmentos conservadores ou neoliberais da burguesia). Em outras palavras, ela teve origem na autocrítica daqueles que, nos anos 1950, estavam suficientemente otimistas em relação ao desenvolvimento da América Latina para se identificarem com as interpretações e propostas do ISEB e da CEPAL. O reconhecimento e a análise dos fatos históricos novos que ocorreram nos anos 1950 e levaram ao colapso da coalizão política nacional de industriais e trabalhadores urbanos em torno do projeto de industrialização são centrais para essa interpretação. Os intelectuais que, a meu ver, compartilham a interpretação nacional-dependente entenderam claramente que a crise política e econômica dos anos 1960 foi causada por uma série de fatos históricos novos que exigiam uma nova interpretação, mas esses fatos não justificavam nem o abandono da crítica ao imperialismo, como aconteceu com a dependência associada, nem a afirmação da absoluta impossibilidade de uma burguesia nacional, como aconteceu com as interpretações da superexploração e da dependência associada. A interpretação nacional-dependente reconhece o caráter dependente das elites latino-americanas, e por essa razão pode ser considerada como parte da interpretação da dependência, mas, na medida em que trata essa dependência como relativa e contraditória, pode também ser vista como uma interpretação independente. Ela reconhece que as elites locais tendem a ser alienadas e cosmopolitas, mas enfatiza a contradição entre os interesses objetivos dos países ricos e os interesses dos países de renda média como o Brasil. O termo “nacional-dependente” que uso para identificá-la é um oxímoro deliberado: seus dois termos, unidos por um hífen, estão em oposição um ao outro. A classe local capitalista ou burguesa na América Latina costuma ser dividida entre, de um lado, um

grupo mercantil e financeiro associado aos países ricos e, de outro lado, uma burguesia industrial que vive um processo de permanente contradição entre a desejada identificação dos empresários industriais com sua nação, contando com políticas públicas que aumentam os lucros e sustentam a acumulação de capital, e a tentação de se aliarem às elites empresariais nos respectivos países centrais.

No século XIX, as burguesias na Europa e nos Estados Unidos eram liberais e nacionalistas: as duas ideologias eram contraditórias, mas contribuíram para construir nações fortes, dotadas de amplos mercados internos e colônias na Ásia e na África. O caso da América Latina foi diferente, uma vez que seus países conquistaram a independência da Espanha e de Portugal com o auxílio da Inglaterra. Assim, eles não travaram uma verdadeira guerra de independência. A oportunidade para uma revolução nacional na região só surgiu quando os países centrais sofreram crises, primeiro com a Grande Depressão e depois com a Segunda Guerra Mundial. No entanto, na segunda metade do século XX, não foi surpresa que as elites latino-americanas, defrontadas com o que julgavam ser uma ameaça comunista, tenham restabelecido sua tradicional associação com o capitalismo internacional. Os defensores das interpretações da superexploração e da dependência associada acreditaram erradamente que isso significava que a burguesia industrial latino-americana tivesse descartado a idéia de construir uma nação. Na verdade, particularmente no Brasil, as elites empresariais e a alta burocracia pública continuaram a ser nacionalistas sob o regime militar de 1964-84 e continuaram a adotar uma estratégia nacional-desenvolvimentista. Diferentemente, porém, do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas, que abriu certo espaço para a classe trabalhadora, no regime militar essa classe e os intelectuais de esquerda foram excluídos. Ressentidos com os golpes militares que começaram em 1964 e atraídos pelas idéias positivas de democracia e justiça social que acompanhavam a dependência associada, os intelectuais latino-americanos alienaram-se desde então da idéia de nação e acreditaram que melhores padrões de vida, democracia e maior igualdade social poderiam ser alcançados sem uma estratégia nacional. Sob muitos aspectos eles eram mais alienados do que a burguesia industrial que criticavam. É verdade que para muitos o caráter subordinado da dependência associada não estava claro, embora Cardoso usasse o termo explicitamente em seus trabalhos, até mesmo incluindo-o em um de seus títulos (Cardoso 1971).

Para todas as três versões da interpretação da dependência, as elites locais eram dependentes das elites dos países ricos – de seus padrões de consumo e de suas idéias. Mas enquanto para a versão da superexploração o desenvolvimento econômico e social era impossível nesse cenário, e para a versão da dependência associada só era possível aceitando-se a subordinação ao centro, para a interpretação nacional-dependente o desenvolvimento era possível sempre que as elites estivessem guiadas pelos interesses nacionais e não por recomendações e pressões imperiais ou, em outras palavras, sempre que fatores nacionais prevalescessem sobre os fatores dependentes na definição de políticas e reformas. Somente esta visão explica o desenvolvimento nacional experimentado em particular pelo Brasil e pelo México entre 1930 e 1980. As pressões ideológicas internacionais que promovem a alienação são poderosas. Em certos casos, como durante a Guerra Fria, além dessas pressões havia uma solidariedade capitalista diante da ameaça comunista (na verdade, tecnoburocrática). Mas os interesses dos empresários industriais nos mercados internos e o apoio que esperavam de seus Estados na competição internacional são fortes argumentos em favor de uma abordagem nacionalista. Assim, os empresários industriais se caracterizam por uma ambivalência essencial: eles são nacionais e alienados, cosmopolitas e comprometidos com a idéia de uma nação.

Para a interpretação nacional-dependente, ao contrário, os países latino-americanos mais avançados, como Argentina, Brasil, México, Chile, Uruguai e Costa Rica conseguiram completar suas revoluções capitalistas, tinham uma vasta classe média e poderiam e deveriam ser democráticos. O novo autoritarismo não foi uma fase natural do desenvolvimento econômico, mas uma consequência do colapso, no início dos anos 1960, do pacto político nacional-burguês resultante da ameaça comunista. Assim, o autoritarismo não era “necessário” ou inerente ao desenvolvimento econômico, mas produto do conflito ideológico existente na região entre capitalismo e comunismo que caracterizou a Guerra Fria. Desse modo, no Brasil, após 1977, ficou claro que o colapso do pacto político autoritário tecnoburocrático-capitalista e o retorno à democracia estavam em curso na medida em que os empresários deixaram de temer o comunismo. Na verdade, como reação ao conjunto de medidas autoritárias adotado pelo Presidente Ernesto Geisel sob o nome de “pacote de abril” em 1977, os empresários brasileiros começaram a desfazer sua aliança com os militares e acabaram liderando uma nova coalizão política popular-democrática lado a lado com os trabalhadores, intelectuais de esquerda e membros das classes médias (Bresser-Pereira 1978,

1984). Seus objetivos eram a busca da redemocratização, a redução das desigualdades sociais e a retomada do crescimento econômico, que havia sido interrompido em 1980 em meio a uma grande crise da dívida externa. Na década de 1980 a maioria dos países latino-americanos voltou-se para a democracia, principalmente porque suas elites empresariais deixaram de temer o comunismo, mas também porque os Estados Unidos, que também não mais temiam o comunismo, deixaram de apoiar os regimes militares na região. A transição democrática ocorreu e as novas democracias tenderam a se consolidar. Mas as novas coalizões políticas democráticas não foram capazes de restaurar as altas taxas de crescimento que caracterizaram a América Latina entre 1930 e 1980, enquanto ao mesmo tempo os países asiáticos dinâmicos continuavam a crescer e a alcançar os países desenvolvidos. Há muitas razões para esse resultado, mas uma que não deve ser descartada é a contribuição da interpretação da dependência, na medida em que os intelectuais superestimaram a dependência das elites locais e o poder dos países ricos.

CONCLUSÃO

Em síntese, as três versões da interpretação da dependência, além de se diferenciarem em relação à possibilidade de as elites nacionais superarem sua alienação nacional, também diferem em termos das duas divisões ideológicas fundamentais que caracterizaram o mundo moderno: esquerda versus direita e nacionalismo versus cosmopolitismo. A interpretação da superexploração era radicalmente de esquerda; embora negasse a possibilidade da construção de uma nação na periferia do capitalismo, era crítica do imperialismo, rejeitando claramente qualquer associação a ele. Por sua vez, a interpretação da dependência associada era moderadamente de esquerda e cosmopolita. Finalmente, a interpretação nacional-dependente era moderadamente de esquerda, mas claramente nacionalista: apesar de reconhecer a ambivalência das elites burguesas e políticas, considerava possível esperar que elas exibissem um comportamento político nacionalista. Por outro lado, enquanto a dependência associada não tem critérios para se opor a uma estratégia externa imposta à nação (o que explica por que a América Latina era tão vulnerável ao Consenso de Washington), a interpretação nacional-dependente assume que, em um mundo caracterizado pela competição entre estados-nação, o desenvolvimento econômico só pode ser alcançado com base em uma estratégia nacional. Os

países ricos atingiram esse status porque, diferentemente do que acontece nos países latino-americanos, seus cidadãos não têm dúvida quanto ao dever do governo de defender o trabalho, o conhecimento e o capital nacionais (Bresser-Pereira 2008).

Nos anos 1950, os intelectuais nacionalistas latino-americanos na CEPAL e no ISEB criticaram o imperialismo, formularam a interpretação nacional-burguesa e elaboraram uma estratégia nacional-desenvolvimentista que teve êxito em promover o crescimento econômico. Para o ISEB, o desenvolvimento era um processo histórico que implica uma revolução capitalista através da industrialização e uma revolução nacional que permitisse ao país formular uma estratégia nacional de desenvolvimento. Nele, a presença de uma burguesia nacional e não alienada era uma condição necessária à idéia de nação que reuniria as classes sociais independentemente dos naturais conflitos entre elas. Mas depois da revolução cubana de 1959, da primeira grande crise econômica sofrida pelo modelo de substituição de importações que se desencadeou no início da década de 1960 e da crise política marcada pela radicalização ideológica que terminou em golpes militares no Brasil (1964), na Argentina (1967), no Uruguai (1968) e no Chile (1973), a estratégia nacional-desenvolvimentista tornou-se objeto de crítica dentro da própria esquerda. No início dos anos 1960, a Escola de Sociologia de São Paulo começou a criticar as idéias do ISEB e a negar a possibilidade da existência de elites nacionais. No final dessa década, a interpretação da dependência havia surgido e rejeitado a possibilidade de uma revolução nacional e da formação de estados-nação fortes na região. Essa interpretação daria origem a três versões. Somente a interpretação nacional-dependente percebeu que o desenvolvimento econômico dependia da capacidade de a burguesia industrial latino-americana se associar à burocracia do Estado e à classe trabalhadora em cada país, mas essa interpretação estava bem ciente do caráter ambivalente e contraditório das elites brasileiras. No entanto, não foi a interpretação nacional-dependente, mas a interpretação da dependência associada que predominou entre os intelectuais latino-americanos entre as décadas de 1970 e 1990. Nesse período, os intelectuais e políticos de esquerda latino-americanos concentraram sua atenção nos problemas da democracia e da justiça social – problemas que eram de fato prementes – mas, em uma compensação perversa, convertidos do nacionalismo para o cosmopolitismo, perderam seu conceito de nação. Desde que a geração que adotava essas idéias nos anos 1970 chegou ao poder político na década de 1990, seus países experimentaram baixas taxas de crescimento se comparadas seja com o

período 1930-1980, quando estava em vigor uma estratégia nacional-desenvolvimentista, seja com os países asiáticos de crescimento rápido que conservaram sua idéia de nação apesar da hegemonia neoliberal e globalista.

REFERENCIAS

- Abreu, Alzira Alves (1975) *Nationalisme et Action Politique au Brésil: Une Étude sur l'ISEB*, Paris: Tese de doutorado na Université René Descartes – Paris V.
- Arruda, Maria Armanda do Nascimento (2001) *Metrópole e Cultura*. São Paulo: Edusc. Texto resumido do debate entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes: 237-241.
- Bianchi, Andrés et al. (1969) *América Latina: Ensayos de Interpretación Económica*, Santiago do Chile: Editorial Universitária.
- Bielschowsky, Ricardo (ed.) (2000) *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*, Rio de Janeiro: Editora Record.
- Bourdieu, Pierre (1976) "O campo científico", in Renato Ortiz, ed. *Pierre Bourdieu – Sociologia*, São Paulo: Editora Ática, 1983. Originalmente publicado em francês, 1976.
- Brandão, Gildo Marçal (1997) *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista*, São Paulo: Editora Hucitec.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1963) "O empresário industrial e a revolução Brasileira", *Revista de Administração de Empresas* 2(8) julho:11–27.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1964) "Origens étnicas e sociais do empresário paulista", *Revista de Administração de Empresas* 3(11): 83–103. Versão em inglês disponível em www.bresserpereira.org.br.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1968[1984]) "Political development, and the crisis of the populist alliance", Chapter 4 of Bresser-Pereira (1984). Edição original em inglês, 1968.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1970[1984]) "Concentration of income and the economy's recuperation", session in Chapter 7 of *Development and Crisis in Brazil, 1930–1983*, Boulder, Co.: Westview Press, 1984: 143–49. Originalmente publicado em português, 1970.

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1978) *O Colapso de uma Aliança de Classes*, São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1984) “Six interpretations on the Brazilian social formation”, *Latin American Perspectives* 11(1) Winter 1984: 35–72.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1984) “The dialectic of redemocratization and 'abertura'”, in Luiz Carlos Bresser-Pereira (1984): 186–204.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1984) *Development and Crisis in Brazil: 1930–1983*. Boulder, Co.: Westview Press.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2004) “Brazil's quasi-stagnation and the growth *cum* foreign savings strategy”, *International Journal of Political Economy* 32(4): 76–102.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2008) “Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo”. *Revista Estudos Avançados* 22 (62): 171-194.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2009) *Mondialisation et Compétition*, Paris: La Découverte.
- Cardoso, Fernando Henrique and Enzo Faletto (1969 [1979]) *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1979. Primeira edição em espanhol, 1969.
- Cardoso, Fernando Henrique (1964) *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Cardoso, Fernando Henrique (1971 [1973]) “Associated dependent development: Theoretical and practical implications”, in Alfred Stepan (ed.) (1973) *Authoritarian Brazil: Origins, Policies and Future*, Yale: Yale University Press: 142–76. Trabalho apresentado em um seminário da Yale University, abril de 1971.
- Cardoso, Fernando Henrique (1972[1980]) “A dependência revisitada”, in Fernando Henrique Cardoso (1980): 57–88. Publicado originalmente em 1972.
- Cardoso, Fernando Henrique (1977a [1980]) “Originalidade da cópia: a CEPAL e a idéia de desenvolvimento”. In Fernando Henrique Cardoso (1980): 17–56. Publicado originalmente em 1977.

- Cardoso, Fernando Henrique (1977b[1980]) “The consumption of the dependency theory in the United States”. *Latin America Research Review* 12(3):7-24, 1977. Republicado em Cardoso (1980).
- Cardoso, Fernando Henrique (1980) *As Idéias e Seu Lugar*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Chang, Ha-Joon (2002) *Kicking Away the Ladder*, London: Anthem Press.
- Chilcote, Ronald H. (1981) *Theories of Comparative Politics*, Boulder: Westview Press.
- Chilcote, Ronald H. (1982) *Dependency and Marxism*, Boulder: Westview Press.
- Côrtes, Norma (2003) *Esperança e Democracia: As Idéias de Álvaro Vieira Pinto*, Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- ECLAC (1949) *Latin America Economic Study 1949*, Santiago de Chile: Economic Commission for Latin America and the Caribbean.
- Falcão, Joaquim e Rosa Maria Barboza de Araújo (eds) (2001) *O Imperador das Idéias*, Rio de Janeiro: Topbooks.
- Franco, Maria Sylvia de Carvalho (1978) “O tempo das ilusões”, in Marilena Chauí e Maria Sylvia Carvalho Franco, *Ideologia e Mobilização Popular*, São Paulo: CEDEC. Editora Paz e Terra.
- Frank, Andre Gunder (1966) “The development of underdevelopment”, *Monthly Review* 18(4): 17–31.
- Frank, André Gunder (1969) *Capitalism and Development in Latin America*, New York, Monthly Review Press.
- Gellner, Ernest (1983) *Nations and Nationalism*, Ithaca: Cornell University Press.
- Jaguaribe, Hélio (1955) “A sucessão presidencial”, *Cadernos do Nosso Tempo*, no. 4, abril-agosto: 1–23.
- Jaguaribe, Hélio (1956) “O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional”. São Paulo: FIESP – Fórum Roberto Simonsen, 1956. Palestra proferida em 11 de maio.

- Jaguaribe, Hélio (1958) *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.
- Jaguaribe, Hélio (1962) *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Jaguaribe, Hélio (1979) “ISEB: Um breve depoimento e uma reapreciação crítica”, *Cadernos de Opinião*, No. 14, outubro: 94–110.
- Jedlicki, Claudio (1988) “De l'affectation de l'importation d'épargne étrangère dans le cas des grands débiteurs de l'Amérique Latine”, *Economie Appliquée* 41 (4): 875–901.
- List, Friedrich (1846 [1999]) *National System of Political Economy*, Roseville, CA: Dry Bones Press. Publicação original alemã, 1846.
- Marini, Ruy Mauro (1969) *Subdesarrollo y Revolución*, México: Siglo XXI.
- Marini, Ruy Mauro (1973) *Dialéctica de la Dependencia*. México: Ediciones Era.
- Marini, Ruy Mauro (1992) *América Latina – Dependência e Integração*, São Paulo: Editora Página Aberta.
- O'Donnell, Guillermo (1973) *Modernization and Bureaucratic Authoritarianism: Studies in South American Politics*, Berkeley: Institute of International Studies of the University of California, Berkeley, Modernization Series n.9.
- Oliveira, Francisco de (1972) “Economia brasileira: crítica à razão dualista”, *Estudos Cebrap* no. 2, outubro: 3 –82.
- Palma, Gabriel (1978) “Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?” *World Development* no. 6 July-August: 881-924.
- Pécault, Daniel (1989) *Entre le Peuple et la Nation*, Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
- Prado Jr., Caio (1945[1956]) *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Editora Brasiliense, quarta edição, 1956. Primeira edição, 1945.
- Prado Jr., Caio (1966) *A Revolução Brasileira*, São Paulo: Editora Brasiliense.

- Prebisch, Raúl (1949) “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, *Revista Brasileira de Economia* 3(3): 47–111.
- Guerreiro Ramos, Alberto (1954) *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, Rio de Janeiro: Editorial Andes.
- Rodrigues, Octavio (1981) *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*, Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária.
- Rodrigues, Octavio (2005) “El Estructuralismo Latinoamericano”, cópia, janeiro.
- Santos, Theotônio dos (1967) *El Nuevo Caracter de la Dependencia*, Santiago: Universidad del Chile, Centro de Estudios Económicos.
- Santos, Theotônio dos (1970) *Dependencia y Cambio Social*, Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos da Universidade do Chile, Cadernos de Estudos Sócio-Económicos no. 11.
- Santos, Theotônio dos (1973) *Socialismo e Fascismo – el Nuevo Carácter de la Dependencia y el Dilema Latinoamericano*, Buenos Aires: Ediciones Periferia.
- Sunkel, Oswaldo (1969) “Política nacional de desarrollo y dependencia externa”, in Andrés Bianchi et al.: 245–78.
- Tavares, Maria da Conceição e José Serra (1971[1972]) “Além da estagnação”, in Maria da Conceição Tavares (1972) *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Rio de Janeiro: Editora Zahar. Originalmente publicado em espanhol em 1971.
- Toledo, Caio Navarro de (1977) *ISEB: Fábrica de Ideologias*, São Paulo: Editora Ática.
- Toledo, Caio Navarro de (ed.) (2005) *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*, Rio de Janeiro: Editora Revan.

1 Essa interpretação nacional-burguesa tornou-se dominante nos anos 1950. Ela substituiu a interpretação anteriormente dominante, a “interpretação da vocação agrária” ou “interpretação da vocação dos bens primários”, que rejeitava a possibilidade e a necessidade de industrialização na região (Bresser-Pereira 1982).

2 O estudo fundador da escola estruturalista latino-americana foi a introdução ao *Estudio Económico de América Latina 1949* (CEPAL 1949), que contou com a participação de Celso Furtado. Sua

introdução foi publicada ao mesmo tempo por Raúl Prebisch (1949) em português, na *Revista Brasileira de Economia*.

3 Sendo um organismo da ONU, a CEPAL não utiliza o termo “imperialismo”, mas recorre aos termos “centro” e “periferia”.

4 Além de Florestan Fernandes fizeram parte dessa escola de pensamento nos anos 1970 e 1980 Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni, Francisco Weffort, Leôncio Martins Rodrigues, Lucio Kowarick e Roberto Schwarz.

5 Vargas foi um populista político na medida em que conseguiu estabelecer uma relação direta com as massas sem a intermediação de partidos políticos ideológicos (que na verdade não existiam no Brasil); mas ele não foi um “populista econômico”, isto é, um político que gasta mais do que permitem as receitas do Estado.

6 Esse debate se deu no II Congresso da Sociedade Latino-americana de Sociologia, ocorrido no Rio de Janeiro de 10 a 17 de julho de 1953. Foi um debate oral. Informações sobre o assunto podem ser encontradas em Guerreiro Ramos, *Cartilha do Aprendiz de Sociólogo* (1954), e em Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001: 237-241).

7 Nesse livro, Fernando Henrique Cardoso (1964) faz uma primeira crítica das idéias do ISEB (1964: 81–82). Essa crítica foi mais tarde radicalizada por dois representantes da Escola de Sociologia de São Paulo, a saber, Caio Navarro de Toledo (1977) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1978), enquanto Francisco de Oliveira (1972) criticava o conceito estruturalista e dualista do subdesenvolvimento de Celso Furtado e da CEPAL. Alzira Alves Abreu (1975) precisou de independência intelectual para escrever em Paris uma competente tese de doutorado sobre o ISEB nos anos 1970. Segundo seu depoimento pessoal, o tema era visto por seus amigos paulistas como impróprio, a não ser que o objetivo fosse criticar radicalmente o ISEB. Dividido desde 1958, extinto e perseguido pelo regime militar por ser de esquerda em 1964, os intelectuais do ISEB foram também vítimas de uma crítica equivocada e ressentida da esquerda intelectual brasileira.

8 Em um trabalho recente, Octavio Rodrigues observa que na América Latina podem ser encontrados três modelos de industrialização: a industrialização liberal, a industrialização nacional-populista e a industrialização estatal-desenvolvimentista, tendo como exemplos a Argentina, o Brasil e o México, respectivamente. Ele mostra que a burguesia industrial desempenhou um papel chave na segunda e na terceira formas (Rodrigues 2005: 178–82). A CEPAL foi a fonte de inspiração do segundo e do terceiro modelos que, para fins deste trabalho, combino no que chamo de modelo nacional-desenvolvimentista.

9 Sendo mais velho, Caio Prado Jr., o famoso historiador marxista e comunista brasileiro, não era membro da Escola de Sociologia de São Paulo, mas trouxe-lhe um apoio inesperado com seu ensaio *A Revolução Brasileira* (1966), que era tão notável quanto equivocado.

10 A respeito, Norma Côrtes cita uma frase de Jaguaribe (1979: 102) que faz referência a mim: “quase todos os estudos sobre o ISEB – com a importante exceção de Luiz Carlos Bresser-Pereira... – têm sido empreendidos por uma nova geração de intelectuais, geralmente com teses de doutoramento, aos quais escapa... um suficiente entendimento das condições brasileiras de fins da década de 1940 a princípios de 1960. Esses críticos são conduzidos, sem se dar conta, a uma polêmica geracional condicionada pela postura de jovem acadêmico...” Um sinal dessa revisão é o livro editado por Caio Navarro de Toledo (2005), *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*.

11 Ver, por exemplo, a avaliação geral que Cardoso (1977a [1980]) faz da CEPAL. Sua atitude é mais de apoio do que de crítica. Ou, em outro trabalho (1972 [1980]: 65), sua afirmação no sentido de que “os estudos sobre a dependência constituíram uma espécie de autocrítica dinamizada pelo ardor dos que, sem jamais terem passado pela escola cepalina, souberam, entretanto, criticá-la sine ira ac studio”.

12 Este trabalho não é um estudo da interpretação da dependência. Sobre o assunto, ver Chilcote (1981: 298-312).

13 A teoria do imperialismo foi inicialmente desenvolvida por Hobson, que não era marxista. Posteriormente foi adotada por Lenin. Por outro lado, a interpretação da dependência, tanto em sua versão da superexploração como na da dependência associada, tem clara origem marxista.

14 O estudo clássico da dependência por Ruy Mauro Marini, *Dialética da Dependência* (1973), também adotaria essa abordagem enquanto usava um rigoroso método marxista para explicar a dependência.

15 Nesse levantamento abrangente da dependência, Gabriel Palma também identifica três versões e, acertadamente, situa dois fundadores da teoria estruturalista do desenvolvimento da CEPAL (Celso Furtado e Osvaldo Sunkel) na terceira versão.

16 A grande exceção foi Florestan Fernandes, o fundador e chefe da Escola de Sociologia de São Paulo. Originalmente, quando estava fundando a escola, ele não era marxista, mas se tornou marxista nos anos 1960 e, como quase sempre acontece com intelectuais republicanos à medida que envelhecem, ele se radicalizou para a esquerda nos anos 1970, identificando-se com a interpretação da superexploração.

17 Em "Seis interpretações sobre a formação social brasileira" (Bresser-Pereira 1982), identifiquei uma interpretação "funcional capitalista" que, neste trabalho, corresponde à teoria da dependência associada. Equivocadamente, não incluí Fernando Henrique Cardoso nessa interpretação, mas na "interpretação da nova dependência" – interpretação que neste trabalho estou chamando de "nacional-dependente".

18 Os países asiáticos, que muitas vezes se desenvolveram com superávits em conta corrente, ilustram claramente esse erro. Fernando Henrique Cardoso, o Presidente eleito do Brasil de 1995 a 2002, adotou a política de crescimento com poupança externa mas não conseguiu aumentar as taxas de investimento e de crescimento. Esse fato inspirou minha crítica empírica e teórica da política de crescimento com poupança externa, que mostra que ela costuma envolver uma alta taxa de substituição da poupança interna pela poupança externa (Bresser-Pereira 2004). Para um trabalho pioneiro sobre essa substituição, ver Claudio Jedlicki (1988).